

AS TRANSFORMAÇÕES NO CONJUNTO HABITACIONAL “PAR - PRINCESA DO SUL”: DO HABITAT AO HABITAR

NOVACK, Paula Neumann

Acadêmica do 5º semestre do curso de Geografia - UFPEL
paula_novack@hotmail.com

JANSEN, Gilciane Soares

Acadêmica do 5º semestre do curso de Geografia - UFPEL
gilciane.jansen@hotmail.com

BURGOS, Rosalina

Professora Orientadora - rburgos@usp.br – UFSCAR

Introdução:

Neste trabalho, pesquisamos o conjunto habitacional Princesa do Sul, do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, e suas transformações-alterações resultantes das formas de apropriação deste espaço por seus moradores. Analisamos como suas ações produziram modificações no espaço concebido por uma política habitacional padrão.

Neste sentido, este estudo buscou analisar as transformações processadas neste espaço projetado-concebido, produto das necessidades, desejos e sonhos pessoais de cada morador, na relação dialética entre o habitat (suprimento da necessidade elementar da habitação para a sobrevivência) e o habitar (a apropriação propriamente dita do lugar para a vida), segundo as contribuições da obra de Henri Lefebvre. Buscamos compreender até que ponto as modificações no conjunto habitacional são positivas e a partir de que ponto torna-se um conflito de vizinhança.

Este estudo discute, com base no aporte teórico-conceitual da Geografia Urbana baseada nas contribuições do autor anteriormente citado, que as alterações ocorridas neste conjunto habitacional nem sempre é algo negativo. Estas transformações são necessárias para que os seres humanos não sejam “robotizados”. Assim, essas modificações e alterações ocorrem devido à própria dinâmica da sociedade e da geografia urbana.

Como já indicado, trabalhamos numa perspectiva geográfica pautada nos estudos bibliográficos do autor Lefebvre, principalmente o Capítulo “Níveis e Dimensões do Urbano”, do livro “A revolução urbana”. Neste, o autor trabalha a questão dos espaços concebidos, percebidos e vividos e também os níveis do global, misto e privado. Enfatizamos, principalmente, o nível privado que discute a questão habitat/habitar,

presente de forma marcante no objeto de estudo, o conjunto habitacional. O espaço concebido está relacionado com o projeto, obras realizadas através de estratégias, planos e intervenção do Estado e da política. Neste caso, política habitacional. Este espaço concebido envolve profissionais ligados às áreas de arquitetura, engenharia civil, enfim, departamentos que trabalham com planejamento. Os conjuntos habitacionais são “representações do espaço” ligadas aos espaços concebidos-projetados. Esta representação tem na sua formação normas, regras, institucionalidades que determinam o espaço concebido, os condomínios fechados. Diferentemente do concebido, o espaço vivido discorre sobre a concepção de apropriação de determinado lugar. Este espaço é o da vida cotidiana, envolvendo sonhos, desejos pessoais, enfim, a percepção e concretização das vontades humanas de acordo com suas necessidades advindas de sua formação e de sua vivência. Já o espaço percebido se realiza entre essas duas concepções anteriormente citadas. O percebido está relacionado com a percepção de cada pessoa é o filtro que determina os sentidos, sentimentos humanos em relação àquele espaço concebido ou vivido. O nível privado baseia-se em edificações, habitações que formam, ou melhor, modificam o espaço urbano. Neste nível, podemos analisar dois pontos de grande relevância para este trabalho. São eles, o habitat e o habitar. O habitat caracteriza-se pela forma em que o ser humano se reproduz neste espaço, ou seja, comer, dormir e reproduzir-se enquanto pessoa neste lugar. O habitat possui uma forma determinada pelo sistema capitalista vigente. Segundo Lefebvre, o habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo, obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar”. Este habitat condiciona o modo de agir, pensar e habitar das pessoas. O mesmo habitat visa atender às expectativas elementares e não transcender aos desejos e necessidades. Estes cabem ao habitar que objetiva colocar em pauta as realizações do vivido. Estas realizações, nos espaços de moradias, podem caracterizar as mudanças decorridas do habitar. O habitar significa transcender o formal, o regulado, criar espaços de acordo com o que cada ser humano deseja. Isto pode ser representado em suas vontades, sonhos que se exprimem de forma muito sutil e simples que transformam este habitat concebido/pronto em habitar do vivido, do cotidiano e da criatividade.

Desenvolvimento:

Inicialmente trabalharemos a questão do conjunto habitacional (PAR) como uma política pública habitacional sem alterações, modificações, feitas pelos moradores (espaço concebido). O espaço concebido seria o local projetado por profissionais da área arquitetônica, engenheiros e demais áreas que trabalham com planejamento. De acordo

com a nossa concepção de habitat, podemos afirmar que este conceito trabalha com a perspectiva de que todos os seres humanos (habitantes) devem ser iguais, isto é, com comportamentos padronizados.

Podemos afirmar que em nosso trabalho de campo analisamos que os únicos espaços que permanecem de forma concebida são aqueles espaços comuns a todos.

O espaço percebido surge a partir do momento em que as pessoas efetivam a compra do imóvel e passam a habitá-lo. Neste momento o morador irá analisar e perceber as condições daquele local de acordo com seus sentidos e a partir desse momento realizar um planejamento futuro para efetivar os seus desejos e satisfações pessoais.

Cinco anos após a entrega dos imóveis do conjunto aqui analisado, é visível a apropriação geral daquele espaço anteriormente concebido. O espaço vivido no conjunto habitacional (PAR) demonstrou que os habitantes fizeram várias alterações nesse espaço por conta de suas necessidades e vontades.

A partir desse momento iremos trabalhar as alterações identificadas através do trabalho de campo:

- a) A pintura original foi realizada pelos responsáveis do condomínio, porém só em parte do conjunto habitacional. A partir desse momento os próprios moradores ficaram responsáveis pela pintura de suas casas. Neste caso alguns pintaram e outros não.
- b) A arborização do condomínio foi realizada durante a projeção do espaço tendo uma árvore por apartamento (sobradinho), mesmo assim identificamos que os moradores investiram de forma autônoma em seus jardins.
- c) O apartamento foi entregue com as janelas sem venezianas. Porém, uma moradora colocou venezianas em seu imóvel, este ato implicou em sucessivas multas. Mas, com o tempo e processo judicial esta moradora conseguiu com que todos os demais moradores tivessem o direito de colocar recobrimento em suas janelas.
- d) Percebemos que três moradores realizaram obras em suas casas que interferiram de forma negativa na vida de seus vizinhos. Porque estes ficaram sem iluminação solar em suas casas, o que causa dificuldade para secar suas roupas. Este fato também facilita o grau de umidade na casa do morador vizinho. Dessa forma, podemos caracterizar este ato como um impacto de vizinhança.

A partir da análise realizada através do trabalho de campo é possível comprovar que o espaço concebido se transforma em vivido e o habitat tomou dimensões de habitar com a apropriação e a realização dos sonhos, desejos e necessidades dos moradores.

Considerações finais:

Para finalizar é importante ressaltar todos os aspectos trabalhados ao longo desta pesquisa. Questões relacionadas aos níveis concebido, percebido e vivido foram de fundamental importância para o nosso entendimento da dinâmica habitacional, sua relação com a geografia urbana, principalmente a questão entre habitat/habitar.

Dessa forma, podemos afirmar que nossa questão central se confirmou de forma positiva. O habitat se transforma em habitar dentro do conjunto habitacional analisado, sendo que essas ações estão relacionadas às necessidades, desejos e sonhos das pessoas que ali habitam.

Referências bibliográficas:

- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2004.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1999.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Ed. da UFPEL: Co-edição Livraria Mundial, 1993.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas século XIX**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1994.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada. O Planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2005.